



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

185

APELAÇÃO CRIMINAL: Nº **0178655-0**
ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Jaboatão dos Guararapes
APELANTE: Willqui Francisco Alemão
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROC. DE JUSTIÇA: Maria Francisca de Mendonça
RELATORA: Des^a. Alderita Ramos De Oliveira
REVISOR: Des. Cláudio Gean Nogueira Virgínio

EMENTA

APELAÇÃO. PENAL. INCÊNDIO (ART. 250, § 1º, INCISO II, ALÍNEA "a", CP). ABSOLVIÇÃO. INOCORRÊNCIA. DIMINUIÇÃO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. PERÍCIA. APLICAÇÃO DE MEDIDA DE SEGURANÇA. DESNECESSÁRIA.

I -- Sentença proferida em harmonia com a prova colhida nos autos não merece reforma, sobretudo quando os depoimentos das testemunhas e da vítima evidenciam a autoria e a materialidade do crime e estão em consonância com a confissão judicial do infrator.

II -- Não merece reforma, e conseqüente redução, a pena imposta que foi majorada e devidamente fundamenta após análise das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 c/c 68, ambos do Código Penal, c/c com o art. 93, IX, da Constituição Federal.

III -- Ausentes indícios ou provas que indiquem a necessidade de exame de insanidade mental do apelante, desnecessário submeter o réu, nesta instância, ao referido exame.

IV -- Apelo improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n. Nº **0178655-0** no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 18 de dezembro de 2009.

Presidente

Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

186

APELAÇÃO CRIMINAL: Nº **0178655-0**
ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Jaboatão dos Guararapes
APELANTE: Willqui Francisco Alemão
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROC. DE JUSTIÇA: Maria Francisca de Mendonça
RELATORA: Des^a. Alderita Ramos De Oliveira
REVISOR: Des. Cláudio Gean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

WILLQUI FRANCISCO ALEMÃO qualificado nos autos (fls.01-A), foi denunciado (fls.1A/1-B) e condenado à pena de 05(cinco) anos e 10(dez) meses de reclusão em regime semi-aberto, como incurso no tipo descrito no art. 250, § 1º, inciso II, alínea "a", da Código Penal, por ter incendiado a residência situada na 1ª travessa Barão de Moreno, nº 28, Vila Rica, em Jaboatão dos Guararapes, local onde morava com Maria Auxiliadora Chaves da Silva e quatro filhos menores do casal, fato ocorrido em 31 de novembro de 2003.

Inconformado, o réu apelou às fls. 103, oferecendo razões às fls. 110/118, pugnando por absolvição, minoração da pena ou aplicação de medida de segurança.

O Ministério Público, nas suas contra-razões de fls. 121/123, pugnou pelo improvimento da apelação.

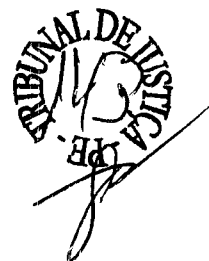
Nesta Superior Instância, a douta Procuradoria de Justiça, através da Dra. Maria Francisca de Mendonça Silva, ofereceu parecer (fls. 131/132) opinando pelo improvimento da insurgência em comento.

Este é o relatório.

À douta revisão.

Recife, 07 de janeiro de 2009.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

1877

APELAÇÃO CRIMINAL: Nº 0178655-0
ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Jaboatão dos Guararapes
APELANTE: Willqui Francisco Alemão
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROC. DE JUSTIÇA: Maria Francisca de Mendonça
RELATORA: Des^a. Alderita Ramos De Oliveira
REVISOR: Des. Cláudio Gean Nogueira Virgínio

VOTO

Trata-se de recurso apelatório no qual a defesa pugna pela absolvição, e subsidiariamente, requer a minoração da pena ou a aplicação de medida de segurança.

Quanto à materialidade, vale salientar que, embora o exame pericial técnico não tenha sido realizado no local do incêndio, o art. 158¹, do Código de Processo Penal admite o exame de corpo de delito indireto, caracterizado pelos depoimentos das testemunhas e a confissão do infrator.

Por oportuno, trago à colação entendimento jurisprudencial neste sentido:

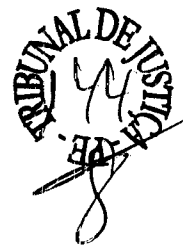
STJ - "A ausência de laudo pericial assinado por dois peritos não impede que seja reconhecida a materialidade do delito. Isso porque o art. 158 do CPP prevê, além do exame de corpo de delito direto, também o indireto. Nos delitos materiais, a ausência do exame de corpo de delito pode ser suprida por outros meios de prova (confissão, prova testemunhal, etc). Quanto à alegada violação do art. 158 do Código de Processo Penal, esta também não merece prosperar, uma vez que, conforme disposição do próprio artigo, o exame de corpo de delito pode ser de forma direta ou indireta, com base no conjunto probatório". (RESP 664272 / SP, Ministro José Arnaldo da Fonseca, 5ª Turma, j. 22/03/2005, DJ 18.04.2005 p. 379).

STJ - "RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME DE INCÊNDIO (...) Nos termos do art. 167 do Código de Processo Penal, a prova pericial pode ser suprida pela testemunhal, em tendo desaparecido os vestígios materiais do crime." (RHC 19965 / RS; Ministra LAURITA VAZ; QUINTA TURMA; Data do Julgamento 27/03/2008; Data da Publicação/Fonte DJe 22/04/2008).

¹ Art. 159 - Os exames de corpo de delito e as outras perícias serão feitos por dois peritos oficiais.

§ 1º - Não havendo peritos oficiais, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, escolhidas, de preferência, entre as que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame.

§ 2º - Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

188

A autoria está comprovada nos depoimentos das testemunhas que estão de acordo com a confissão do apelante tanto no inquérito policial (fls.12/13) como na fase instrutória criminal (fls. 59/60).

O recorrente confessou a autoria delitiva diante da autoridade policial, nos seguintes termos (fls.12/13):

"(...) Que na ocasião em que ela saiu para pegar uma condução, ele afirma que pegou o colchão e atou fogo em um colchão que estava dentro de casa, pois acreditava que o fogo não se alastrasse tanto, na forma que ocorreu, pois atingiu um armário, no qual continha em seu interior, algumas roupas da vítima, bem como alguns documentos dela, dos filhos, tais como: R>G, título de eleitor, CPF, certidão de nascimento dos 04(quatro), bem como certidão de nascimento do acusado, certidão de formatura de costureira da depoente, certidão de computação da filha, e da depoente, ainda, o certificado do curso técnico da filha (...)"

Diante da autoridade judiciária, o réu asseverou (fls.59):

"(...) Que MARIA AUXILIADORA disse que ia embora de casa. Que ele tocou fogo no colchão do quarto que atingiu o guarda-roupa e outros objetos do quarto. (...) "

Na fase instrutória a vítima, MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA, companheira do apelante, declarou (fls.82):

"(...) Que ela depoente já tinha alugado uma casa para se mudar e no dia 31/11/2003 o acusado chegou em casa dizendo que ia tocar fogo. Ela depoente mandou um filho procurar um carro para saírem de casa e o acusado começou a incendiar a residência com um spray (...)"

A testemunha MANOEL SEVERINO DA SILVA, pai da vítima, perante o juízo de primeiro grau, disse (fls. 74):

"(...) Que sua filha lhe comunicou do incêndio; que ele depoente foi ao local e viu que havia umas roupas e uns móveis queimados (...)"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

189

As testemunhas de defesa não trouxeram nenhum elemento significativo em favor do apelante, visto que não presenciaram o fato delituoso em comento, limitando-se apenas a relatar a conduta social do recorrente.

Como se vê, a decisão vergastada está supedaneada no conjunto probante, restando, por isso, rechaçado o pedido de absolvição.

Melhor sorte não socorre ao apelante no que pertine à diminuição da pena, tendo em vista que juiz *a quo* observou atentamente as circunstâncias judiciais, fundamentando a majoração da reprimenda seguindo os ditames dos artigos 59² e 68³, ambos do Código Penal e artigo 93⁴, IX, da Carta Política.

No que tange ao pedido de aplicação de medida de segurança, sob o argumento de que o réu é portador de alcoolismo patológico, não vislumbro a necessidade de que o réu seja submetido a exame pericial para se aferir a sua imputabilidade penal, tendo em vista que não há nos autos indícios suficientes para ensejar tal medida. Some-se a isso, o apelante em momento algum nos autos se reporta a sua condição de dependente químico patológico, além de não trazer ao cotejo prova mínima para fundamentar o pedido.

Ante o expendido, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao recurso**, mantendo a sentença apelada em todos os seus termos.

Recife, 18 de dezembro de 2009.

Des^a. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora

² Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

I - as penas aplicáveis dentre as cominadas;

II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;

III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível

³ Cálculo da pena

Art. 68 - A pena-base será fixada atendendo-se ao critério do art. 59 deste Código; em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento

⁴ Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO



190

PROCESSO Nº: 0178655-0
COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE: WILLQUI FRANCISCO ALEMÃO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **negando** provimento ao apelo, mantendo a sentença de primeiro grau.

É como voto.

18 / 12 / 2009

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor